

## DECISÃO SOBRE A DEFINIÇÃO DE ÂMBITO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Identificação	
<b>Designação do Projeto</b>	Parque Eólico Offshore Barlavento (PDA n.º 231)
<b>Fase em que se encontra o Projeto</b>	Estudo Prévio
<b>Tipologia de Projeto</b>	Anexo II, n.º 3, alínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação
<b>Enquadramento no regime jurídico de AIA</b>	Artigo 1.º, n.º 3, alíneas b), subalínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação
<b>Localização</b>	Infraestruturas marítimas: ao largo dos concelhos de Mira e da Figueira da Foz Infraestruturas terrestres: Concelho da Marinha Grande
<b>Identificação das áreas sensíveis</b>	Afeta parcialmente áreas definidas nos termos da subalínea ii), da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação, nomeadamente as Zonas de Proteção Especial (ZPE) Aveiro/Nazaré (PTZPE0060) no que respeita às rotas dos cabos de exportação. Localiza-se na proximidade da Zonas Especiais de Conservação (ZEC) Maceda/Praia da Vieira (PTCON0063) e da Área Marinha Protegida - Canhão Submarino da Nazaré.
<b>Proponente</b>	Capital Energy / Infinita Energia II Offshore - Energias Renováveis, Unipessoal Lda.
<b>Entidade licenciadora</b>	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e Direção Geral de Energia e Geologia
<b>Autoridade de AIA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente

Decisão
<p>A Proposta de Definição de Âmbito (PDA) apresentada evidencia um conjunto de incertezas e de indefinições e não contém o detalhe necessário para servir de orientação à elaboração do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA), não permitindo que a Administração se vincule às propostas metodológicas e ao conteúdo proposto para referido estudo.</p> <p>Importa ter presente que se encontra ainda em curso o processo de elaboração e aprovação do Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore (PAER), instrumento que tem como objetivo definir áreas <i>offshore</i> para a produção de energia renovável e que se afigura necessário para o desenvolvimento deste projeto. Uma vez aprovado o PAER está prevista a realização de um leilão para instalação de parques eólicos <i>offshore</i>, desconhecendo-se para já as condições deste procedimento. Também se encontra ainda por definir a ligação destes projetos à Rede Nacional de Transporte de Energia (RNT).</p> <p>Neste contexto, há uma forte indefinição em torno do projeto, da sua localização, das suas características e condições de desenvolvimento e ligação, o que se reflete num conjunto de lacunas e incertezas que</p>

tornam precoce a submissão desta PDA. O projeto agora apresentado pode ainda vir a sofrer alterações significativas para se conformar com os condicionalismos legais e de planeamento acima referidos.

Este cenário impossibilita o conhecimento e compreensão global do projeto e da área potencialmente afetada, tanto *offshore* como *onshore*, não permitindo assim concluir sobre os aspetos a ter em conta na elaboração do EIA.

#### Aspetos a desenvolver no EIA e não referidos na PDA

Tal como já referido, a PDA evidencia um conjunto de incertezas e de indefinições e não contém o detalhe necessário para servir de orientação à elaboração do respetivo EIA.

Sem prejuízo, a Comissão de Avaliação consolidou um conjunto de orientações de carácter genérico, conforme parecer em anexo. Estas orientações, a par com os resultados das consultas promovidas no âmbito deste procedimento, poderão ser tidas em conta pelo proponente no futuro, caso venha a desenvolver um projeto desta tipologia.

#### Data de Emissão

23 de outubro de 2023

#### Validade da Decisão

Não aplicável, uma vez que a PDA apresentada não permite que a Administração se vincule às propostas metodológicas e ao conteúdo proposto para o EIA.

#### Assinatura

**O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I.P.**

(Nuno Lacasta)

Anexo: Parecer da Comissão de Avaliação